



Carta Carioca – Agroecologia na Boca do Povo XII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Por quatro dias consecutivos, entre 20 e 23 de novembro, o XII Congresso Brasileiro de Agroecologia esteve reunido no Rio de Janeiro-RJ. O evento foi construído, de passo em passo, de mão em mão, por muita gente de todo o Brasil e de outros países. Em sua construção, formas e sentidos foram sendo criados para chegarmos ao nosso momento de encontro. Somos mais de 5 mil pessoas, contando com a participação de pesquisadores/as, educadores/as, gestores/as de políticas públicas, estudantes, agricultores e agricultoras, representantes de povos e comunidades tradicionais, crianças, jovens e adultos vindos dos vinte e sete estados da federação. Acolhemos também companheiras e companheiros da agroecologia de mais de 20 países das três Américas, da África e da Europa. Saudamos a mobilização de todas e todos para estarmos juntos nesse potente encontro. Nossa força está em nossa diversidade e capacidade de auto-organização.

Em um país de desigualdades abissais, o campo da agroecologia se vê desafiado a tratar de temáticas sensíveis, produzindo estratégias de enfrentamento à fome, ao racismo, às desigualdades de gênero e às injustiças ambiental e climática. Esse é o papel de uma ciência engajada em movimentos voltados a transformar as estruturas geradoras dessas mazelas socioecológicas.

Apoiar as lutas sociais pela transformação dos sistemas agroalimentares em nosso país é o objetivo da agroecologia. Denunciamos como as estruturas de poder orientadas à produção de commodities é a principal responsável pela manutenção da sociedade injusta e brutal que herdamos de nosso passado colonial. Seguimos assistindo na segunda década do século XXI à expulsão dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e comunidades camponesas para a expansão das monoculturas voltadas à exportação. O poder das elites predatórias se aprofunda junto com a concentração de terras e das riquezas. “Agroecologia na boca do povo” é um chamado coletivo à urgência da democratização dos sistemas agroalimentares. É também a defesa do direito humano à alimentação saudável e adequada. Alimento não é mercadoria, é direito.

A construção do Congresso buscou manter a maior coerência possível com o seu lema, “Agroecologia na Boca do Povo”. No centro do Rio de Janeiro, no bairro da Lapa, estruturou espaços e exercitou metodologias para construção do conhecimento e para estabelecer diálogos com amplos setores da sociedade. Partimos dos legados deixados pelo IV Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em Belo Horizonte-MG, em 2018, e do XI CBA do Nordeste, realizado em Sergipe, em 2019. Em Belo Horizonte o ENA ocupou uma praça pública no centro da cidade. Em Sergipe o Congresso foi realizado numa Universidade Pública.

No XII CBA ocupamos um amplo território no bairro da Lapa, envolvendo Centros Culturais, Praça Pública, Universidade Pública, sala de cinema, cozinhas solidárias e escola de samba, totalizando 19 espaços. Foi pela ocupação dessa multiplicidade de espaços urbanos nesse local histórico e inspirador que nos desafiámos a criar um ambiente para refletir sobre os avanços e desafios da agroecologia, em estreita interação com a população da cidade do Rio de Janeiro.

A paisagem da Lapa expressa as contradições da sociedade brasileira. Por um lado, ponto turístico pelos famosos Arcos da Lapa. Por outro, Arcos erguidos no passado pelas mãos de pessoas escravizadas sob os quais atualmente habita uma população em situação de rua. É



neste cenário contraditório que a agroecologia foi apresentada como condição indispensável e urgente para o enfrentamento da crise socioecológica que se aprofunda, levando as sociedades ditas modernas ao caminho do colapso. Na falta de respostas consistentes aos desafios colocados, o autoritarismo e o conservadorismo ganham espaço, impondo grandes desafios ao avanço de propostas democratizadoras da sociedade. Esta é a urgência da agroecologia.

A democratização da sociedade se faz com ações práticas baseadas numa economia em defesa da Vida. Em coerência com esse princípio, o CBA serviu 23.000 refeições, com alimentos agroecológicos produzidos por 6 grupos do estado do Rio de Janeiro e de outros territórios e com uma equipe de preparação e distribuição que mobilizou mais de 40 companheiras e companheiros. Contamos também com 32 barracas de grupos e empreendimentos de economia solidária e agroecologia que compuseram as “Comedorias”. Duzentos e sessenta produtores e produtoras estiveram na “Feira de Sabores e Saberes: Agroecologia e Economia Solidária” e 2.500 quentinhas foram distribuídas e doadas para pessoas em situação de rua, transeuntes e moradoras do bairro da Lapa.

Na feira da agrobiodiversidade, participaram aproximadamente 70 guardiãs e guardiões da biodiversidade de diversas partes do país. Além de demarcar politicamente a importância desses sujeitos para a conservação da agrobiodiversidade, a Troca de Sementes no CBA foi uma demonstração prática de uma estratégia voltada ao livre intercâmbio de sementes crioulas que se dissemina em todas as regiões do país.

A gestão de resíduos sólidos do CBA trouxe a proposta da segregação de resíduos em articulação com o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis. A iniciativa contabilizou um total de aproximadamente 9,5 toneladas de resíduos orgânicos destinados para a compostagem e 2 toneladas de materiais recicláveis para a cooperativa de catadores e catadoras de resíduos recicláveis.

Uma ciência democratizada e democratizadora é uma ciência na boca do povo. Destacamos a presença em nosso congresso de 1.643 agricultores e agricultoras familiares, representantes de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Por meio de diferentes estratégias metodológicas, o CBA criou ambientes para a expressão da ciência do povo. Terreiro das Inovações Camponesas, Cozinha das Tradições, Tenda da Saúde, Cuidado e Cura, Feira Nacional da Agroecologia e da Economia Solidária. Essas sabedorias foram expressas também em forma de arte, especialmente no I Festival de Arte e Cultura da Agroecologia e no II Festival Internacional de Cinema Agroecológico.

Os saberes populares foram expressos também em formato acadêmico em estreita relação com a produção científica de pesquisadores/as, educadores/as e estudantes. Nossos Tapiris de Saberes foram estruturados em 16 eixos temáticos, nos quais foram apresentados 2.738 trabalhos em 55 salas simultâneas, reunindo para o diálogo acadêmicos/as, técnicos/as e agricultores/as. Tal dimensão não teria sido possível sem a extensa rede colaborativa formada por 770 avaliadores/as apoiadas por 56 coordenadores/as de eixos temáticos.

A construção do conhecimento agroecológico é reafirmada na comunicação científica feita pela Revista Brasileira de Agroecologia e pelos Cadernos de Agroecologia, de livre acesso, para uma ciência aberta, que entende o conhecimento como um bem comum. É compromisso da ABA articular-se a universidades em sua missão de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária, especialmente articulando-se aos Programas de Pós-Graduação e Núcleos de Agroecologia. Reafirmamos o compromisso de abrir espaço para diálogo constante com agências de desenvolvimento científico e tecnológico e de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a partir do reconhecimento de que a



Agroecologia parte da interdisciplinaridade e de diferentes epistemologias e formas de expressão de saberes.

A extensão rural deve pautar-se nos fundamentos educativos freireanos e considerar em seus objetivos e princípios a Agroecologia. Para isso, é necessário que as políticas públicas fortaleçam conhecimentos articulados em redes, em diálogo com a ABA e o Fórum de Professoras e Professores de Extensão Rural para subsidiar, a partir da pesquisa-ação participante, um caminho efetivo para a transformação dos sistemas agroalimentares. Alertamos que a política de extensão universitária das instituições de ensino superior, não pode ser confundida com a política pública de extensão rural.

Os Núcleos de estudos, pesquisa e extensão universitária em Agroecologia (NEAs) e Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) desempenham um papel educativo central para a construção do conhecimento agroecológico, para a formação profissional e a consolidação de um campo científico crítico e reflexivo em Agroecologia. Reivindicamos a retomada urgente do financiamento dos NEAs e CVTs existentes nas universidades, institutos federais e organizações de pesquisa, assim como a criação de novos NEAs. É urgente o lançamento dos editais específicos para NEAs/CVTs de todo o país e Rede de NEAs por regiões.

É imprescindível que seja construído no Brasil um amplo programa voltado para a educação em agroecologia em todos os níveis, desde a educação básica, passando pela formação técnica, o ensino superior e a pós-graduação, trazendo a agroecologia de forma transversal nos currículos, formando professores, apoiando a infra-estrutura das escolas, realizando e reforçando a assistência estudantil, fortalecendo o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária e as Escolas Familiares Rurais ou Escola Família Agrícola. Denunciamos o fechamento das escolas do campo que afastam as crianças de suas realidades, sendo mais um propulsor para o esvaziamento do campo.

Compreendemos a cultura como o chão da Agroecologia e a comunicação, a maneira que nos relacionamos com o mundo. O avanço do debate agroecológico está relacionado ao reconhecimento da arte, da cultura popular e da comunicação como dimensões centrais para a vida das pessoas nos territórios. Para tal, será necessário inseri-las como eixo do III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). A cultura alimentar deverá ser incorporada como uma dimensão estruturante na Política Nacional de Cultura Viva. É fundamental incidir nas políticas culturais, de comunicação e de ATER para fortalecer práticas agroecológicas, reafirmando a dimensão cultural como direito e identidade dos povos. O modo de vida das pessoas, sua identidade, sua forma de celebrar, sua espiritualidade, sua religiosidade, sua arte, sua cultura, formam e reproduzem territórios e são parte de sua cosmovisão. Por isso acreditamos e reafirmamos que "Sem Arte, Cultura Popular e Comunicação Não Há Agroecologia".

As crianças são uma das principais vítimas do modelo de desenvolvimento predatório, explorador e acumulador. Destacamos a falta de acesso a água e de comida de verdade, principalmente para as infâncias das populações mais vulneráveis. Elas estão cada vez mais presas, física e simbolicamente, se desconectando da natureza. Se a agroecologia começa nas infâncias, há a necessidade de políticas públicas que partam das realidades das infâncias dos campos, das cidades, das florestas e das águas. Em especial, a agroecologia precisa estar presente na educação infantil e que sejam criados espaços de fala e protagonismo para elas.

Dentre seus desejos, as crianças querem que as pessoas brinquem livres, que a natureza e os rios sejam limpos, a comida seja sem veneno, que não se contaminem com a poluição da fumaça dos carros e que pessoas não fumem mais... Elas acreditam que se as crianças



governassem o mundo, não colocariam fogo nas matas, não teriam pessoas em situação de rua, as armas seriam proibidas, as mulheres seriam respeitadas e não existiria nem racismo, nem machismo.

No que tange as juventudes, reivindicamos políticas públicas específicas para a permanência no campo, agricultura urbana, participação ativa em tomadas de decisão, educação contextualizada, luta feminista, antirracista e LGBTQIAP+, arte e cultura popular e incentivo à prática agroecológica.

A construção de um debate acerca dos temas de gênero e sexualidade na agroecologia implica compreender a pluralidade de pessoas que se reconhecem como corpos dissidentes, dimensão essencial para potencializar a luta contra qualquer forma de opressão lgbtqiapn+fóbica e visibilizar o conhecimento e contribuição dessas pessoas historicamente marginalizadas. Corpos livres são territórios de ruptura, possibilidades e (auto)conhecimento. A luta pela agroecologia é uma luta plural é feita pelas diversidades. Se há violência contra pessoas LGBTQIAPN+ não há Agroecologia!

O Barracão dos Povos e Comunidades Tradicionais, Etnicidades e Ancestralidade Mãe Bernadete homenageou as lideranças pretas, de terreiro, indígenas, quilombolas e faveladas que historicamente resistem e, movidos por suas ancestralidades, constroem variadas expressões da agroecologia no chão de seus territórios. Mesmo diante de todas e inúmeras adversidades e violências a que são submetidas, seguem na luta por emancipação. Foram anunciadas boas novas, trocas de resistência, luta e cuidado entre e com as mulheres da agricultura urbana, da periferia, do campo, das florestas e das águas que corroboram com a paz quilombola e com o bem viver em seu território, entre África e Brasil.

A máxima de que "onde há racismo não tem agroecologia", ecoou e foi reforçada em todos os espaços do CBA, mediante denúncias das várias facetas do racismo estrutural reproduzidos nas questões relacionadas ao acesso à terra e território, e no racismo institucional no Estado brasileiro, que invisibiliza e naturaliza o não acesso a direitos da população negra e indígena, entre eles o direito humano à alimentação adequada e saudável. Os debates sobre racismo nos sistemas agroalimentares levantaram a urgência da releitura da fome como uma imposição de um projeto colonialista e racista e não como uma herança ou marcador social da população negra no país. Que possamos romper as limitações da construção de políticas públicas em direção a um maior comprometimento com a redução das desigualdades sociais e enfrentamento ao racismo, promovendo assim mudanças concretas e estruturais. É importante que estas políticas sejam construídas com a participação dos povos - nada de nós sem nós!

As várias denúncias de racismo ambiental vivenciado pelos povos em seus territórios demonstram a necessidade urgente de que os debates em torno às mudanças climáticas incorporem as dimensões dos grupos que são e serão os mais impactados! A crise ecológica é uma crise de justiça racial desde 1500! É nesse sentido que repudiamos com todo o nosso fervor militante a tese do Marco Temporal, uma das maiores excrescências jurídicas já produzidas no país.

É fundamental reconhecer e reforçar a importância dos povos de terreiro, indígenas e quilombolas no manejo dos agroecossistemas, sobretudo no conhecimento sobre as ervas medicinais, da guarda de sementes ancestrais, e na produção de alimentos saudáveis para a superação definitiva da fome em nossa sociedade.

É urgente que possamos defender e construir uma ciência agroecológica engajada com as transformações sociais em uma perspectiva decolonial e antirracista, onde os povos de matriz



africana e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas se reconheçam nos processos e nos espaços como protagonistas dessa construção e não como meros telespectadores ou objetos de estudos. Em nome desta luta, exigimos Justiça por Mãe Bernadete e Binho!

Mulheres de diferentes territórios do Brasil e do exterior (ribeirinhas, pescadoras, indígenas, quilombolas, artesãs, camponesas, lideranças, cientistas, habitantes das águas, do campo e das florestas) reivindicam através de suas lutas, a igualdade nas relações de gênero e o direito a permanecer e viver nos seus territórios. Denunciam as violações aos seus corpos-territórios e aos direitos socioambientais, por conta do machismo e dos megaprojetos do agro-hidro-minero-negócios.

Destacamos as resistências, fortalezas e formas de luta coletiva e popular liderada pelas mulheres, tais como o Protocolo de Consulta Prévia e Informada, em defesa de seus direitos, com a exigência de respeito aos seus modos de vida, gestão própria dos recursos naturais, assim como, o direito ao acesso ao aborto seguro. Também destacamos a importância do papel das mulheres na produção científica e do conhecimento agroecológico, valorizando as subjetividades e intersubjetividades que anunciam atravessamentos de raça, classe, gênero, etnia, geração, nacionalidade, etc. Nesse sentido, destacamos a necessidade de tornar prática a política e reflexão sobre o enfrentamento ao patriarcado, racismo, classismo, sexismo e etarismo a partir da agroecologia. Cientes do peso social carregado pelas mulheres, enquanto trabalhadoras, mães e cuidadoras, abusadas por uma sociedade machista e opressora, declaramos a importância de mudanças estruturais para permitir o cuidado da saúde mental, física e psicológica das mulheres. Por fim, destacamos a necessidade de articulação das ações e parcerias para o fortalecimento das mulheres.

Os debates sobre Campesinato e Soberania Alimentar apontaram que as diferentes expressões dos campesinatos seguem produzindo comida de verdade. Diferentes estratégias são utilizadas para essa produção (agroflorestas, cultivos consorciados, hortas, quintais produtivos, etc), sejam elas organizadas em unidades familiares ou formas coletivas. Nessas diferentes estratégias, o acesso à terra e a políticas públicas multissetoriais, como a efetiva reforma agrária e a garantia dos direitos territoriais para os povos e comunidades tradicionais, são apontados como condição necessária para a Soberania Alimentar e a transformação dos sistemas alimentares segundo a perspectiva agroecológica. Como protagonistas dessas experiências apresentadas, destacam-se as mulheres e juventudes. O debate sobre o Campesinato e a Soberania Alimentar esteve diretamente vinculado às culturas locais e ao debate sobre a saúde, como temáticas centrais para levar a agroecologia para boca do povo.

As agriculturas urbanas ocuparam o CBA reafirmando que a cidade também planta e que a cidade também alimenta, apesar das diversas e profundas violências, ameaças, disputas, e expulsões vividas, principalmente pela especulação imobiliária. As atividades realizadas e trabalhos apresentados nos mostram como as formas de vida afrodiáspóricas, indígenas e camponesas, organizadas de forma autônoma nas cidades, principalmente aquelas com protagonismo das mulheres, tem muito a ensinar e contribuir com seu potencial transformador, de resgate das sementes crioulas e de organização social, trazendo respostas contra a fome e contra a emergência climática. Reivindicamos a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e de um espaço de interlocução permanente da sociedade civil, com o governo federal, com a participação daqueles que praticam as agriculturas urbanas. O congresso fortaleceu as redes de agricultura urbana no país, contribuindo para a construção do II Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU), previsto para 2024.

Apontamos uma diversidade de manifestações nas economias críticas de organização da produção, distribuição e consumo. A relação entre economia solidária e agroecologia se faz presente no cuidado com a biodiversidade, na construção social de mediações de mercados



baseados na proximidade, na realocação da produção de alimentos e na construção de sistemas agroalimentares. Entretanto, há limites que impedem as transformações dos sistemas agroalimentares agroecológicos através da regulação sobre regimes sociotécnicos que restringem o desenvolvimento dessas manifestações econômicas e a falta de políticas públicas de fomento. Sendo assim, só conseguiremos avançar com a agroecologia na boca do povo se rompermos com o regime sociotécnico e sociopolítico que limita e impede a reprodução ampliada da vida, em detrimento a reprodução ampliada do capital. Nesse

sentido, denunciaremos as falsas soluções para as mudanças climáticas. Em nome da descarbonização da economia e da transição energética, grandes projetos empresariais de geração de energia eólica e solar são implantados, violando direitos territoriais de comunidades camponesas e colocando obstáculos intransponíveis ao desenvolvimento de economias efetivamente transformadoras. Com o mote “energia renovável sim, mas não assim”, os debates no CBA denunciaram publicamente essa imposição violenta e falaciosa.

Entendemos que é fundamental que se garanta a autonomia dos agricultores e agricultoras nos territórios para manutenção de suas capacidades de inovação na confecção e uso de bioinsumos, entendidos não apenas como produtos, mas no contexto agroecológico dos processos necessários e intrínsecos à transição agroecológica. Ademais, as Plantas Alimentícias Não Convencionais carecem de apoio a projetos e iniciativas para sua popularização para, na boca do povo, promover sistemas sustentáveis no campo e na cidade apoiando o desenvolvimento de sistemas produtivos, estimulando a inclusão sua nas políticas públicas de forma contrária a gourmetização e a elitização do consumo dessas plantas.

As sementes crioulas são sagradas. Sem sementes não há comida e sem comida não há povo. As guardiãs e guardiões da agrobiodiversidade presentes no CBA apresentaram experiências de conservação de sementes crioulas frente à erosão genética da agrobiodiversidade, promovidas pelas políticas públicas e pelas empresas. Destacamos a importância dos povos indígenas e as comunidades quilombolas que representam as resistências políticas e culturais para a conservação da agrobiodiversidade. Graças às guardiãs e guardiões podemos resgatar e recuperar muitas variedades perdidas em vários territórios pelo Brasil.

Foi destacada a importância das trocas de sementes que resgatam e multiplicam a biodiversidade local, fortalecem a agroecologia, além de promover e gerar organização coletiva comunitária. Também foi destacada a importância das casas e bancos de sementes como instrumentos que promovem autonomia, já que são uma reserva segura e efetiva para as famílias para a produção de alimentos e que são estratégias políticas territoriais coletivas de enfrentamento ao mercado de sementes transgênicas das empresas privadas. É urgente políticas efetivas de apoio e financiamento da produção diversificada para a agricultura familiar agroecológica, considerando a sua diversidade. Precisamos de tecnologias apropriadas às diferentes formas de produzir e cuidar da agrobiodiversidade nos territórios e biomas. É essencial que o PLANAPO III fomente casas e bancos comunitários de sementes.

A luta contra os agrotóxicos e transgênicos e pela vida é reforçada pelas experiências de resistência nos territórios, com destaque para a vigilância popular, mas também aponta as diversas formas de violações de direitos humanos e impactos ao meio ambiente. Destacamos a grande vulnerabilidade em termos de perda de soberania e segurança alimentar, além de processos agudos e crônicos de adoecimento a que agricultores e agricultoras, trabalhadores e trabalhadoras rurais, e povos e comunidades tradicionais se encontram expostos devido ao aumento do volume de agrotóxicos observado nos últimos anos. Também destacamos a



contaminação da água e a importância das zonas livres de agrotóxicos. Outro ponto relevante é a necessidade de apoio à ciência crítica e à educação popular para que a população amplie seus cuidados e assuma seu protagonismo na luta contra agrotóxicos e os transgênicos. Repudiamos a aprovação pelo Senado do Projeto de Lei 1459/2022, o Pacote do Veneno. Por fim, informamos a articulação entre ABA, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário, FIOCRUZ e outras organizações para a criação de uma Rede de Pesquisa em Saúde e Agroecologia.

No 12º CBA, a construção do conhecimento entre saúde e agroecologia revelou-se solidamente estabelecida. As convergências na segurança alimentar e nutricional, práticas de cuidado em saúde, medicinas tradicionais e saúde popular; saúde coletiva, ambiental e dos/as trabalhadores/as; águas e saneamento; homeopatia para agroecossistemas; plantas medicinais; impactos e contaminações biológicas e químicas de solos, águas, florestas e ar; agrotóxicos; vigilância em saúde; agricultura urbana e sistemas agroalimentares; destacam que a agroecologia não apenas promove a saúde, mas também representa uma estratégia em si. Portanto, é urgente seguir avançando em rede, respaldados por políticas públicas, para impulsionar a transformação de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, fomentando ambientes promotores da saúde e do bem-viver.

A nova diretoria traz como perspectiva construir um projeto institucional forte, que garanta o bom funcionamento da ABA e suas ações, o fortalecimento das ações regionais e dos Grupos de Trabalho. Em diálogo com a RBA, pretende realizar a sistematização comemorativa dos 20 anos da ABA sobre o histórico da associação nessas duas décadas, e sua contribuição para a construção do conhecimento agroecológico no Brasil.

A Carta Carioca do XII CBA reafirma o compromisso com a ciência cidadã e ativista, que se propõe a construir coletivamente processos que contribuam para a vida com mais dignidade, saúde e justiça social, neste longo e desafiante caminho para a “agroecologia na boca do povo”.

Esse XII CBA é resultado de uma ação em rede, envolvendo muitas organizações da sociedade civil e instituições públicas. Superamos vários desafios e agradecemos o esforço, a generosidade e cooperação entre nós para que nossa troca de saberes tenha sido possível. Agradecemos desde às pessoas conferencistas ao trabalho dedicado das equipes de limpeza e segurança. Somos gratos a todas as formas de cuidado, de práticas individuais e coletivas de saúde, toda a alimentação e muitas outras. Também nos movemos pelo afeto. Viva nossa diversidade! A agroecologia avança para estar na boca, na mente e no coração do povo!

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2023.